

28 MAR 1995

6 con. Brasil

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP. 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
 Leão Serva
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Nova prioridade do governo

A notícia de que o governo federal vai negociar com os governos estaduais como serão os cortes adicionais de R\$ 9,5 bilhões no Orçamento Geral da União deste ano e a informação de que o Ministério da Fazenda deverá propor, nos próximos dias, a prorrogação do Fundo Social de Emergência indicam que o presidente Fernando Henrique Cardoso, diante das dificuldades políticas que as primeiras propostas de reforma constitucional estão enfrentando no Congresso Nacional, decidiu atacar em outras frentes para garantir o equilíbrio das contas públicas não só em 1995 mas também em 1996, sem ficar na dependência só das mudanças na Constituição.

O governo já reconhece que a reforma tributária dificilmente estará pronta este ano para entrar em vigor em 1996, como exige a Constituição. E, quanto à reforma da Previdência — também altamente polêmica, como já se viu pelas reações que se estão organizando contra a proposta oficial —, seus resultados, para o caixa da Previdência, só serão significativos a médio e longo prazo. A determinação é, portanto, afetar prioritariamente o corte nos gastos públicos, em todos os níveis do Estado brasileiro, o que pode ser feito, em grande parte, sem mexidas na Constituição. E grande contribuição deverá ser cobrada dos Estados e municípios.

É este o objetivo das negociações com os governadores: os cortes anunciados pelo ministro José Serra deverão atingir, preferencialmente, as transferências voluntárias que a União faz para governos estaduais e prefeituras municipais, e as emendas que os deputados e senadores incluem no Orçamento federal para atender seus redutos eleitorais. Os governadores poderão definir quais são suas prioridades, dentro dos programas e projetos incluídos no texto orçamentário, que serão atendidas de acordo com o comportamento da receita, de forma a manter superávits fiscais durante todo o ano. O governo quer forçar Estados e municípios, que tiveram suas recei-

tas substancialmente aumentadas com o sistema tributário implantado pela Constituição de 1988, a utilizar melhor esses recursos. O que aconteceu, quase como regra geral, é que esse dinheiro adicional foi comprometido com gastos de custeio, especialmente com aumentos brutais nas folhas salariais e o governo federal continuou fazendo investimentos nos Estados e municípios em obras e funções que são tipicamente de responsabilidade de governadores e prefeitos. Tanto que a dívida pública estadual e municipal quase dobrou nos últimos 36 meses. Como o governo federal perdeu recursos depois de promulgada a Constituição, seu déficit também cresceu e tornou-se crônico.

Com a prorrogação do Fundo Social de Emergência, cuja extinção está marcada para o final deste ano, o governo terá melhores condições de evitar um déficit em 1996, uma vez que o FSE foi criado para permitir que o governo distribuisse livremente R\$ 14 bilhões de suas receitas, que constitucionalmente estão obrigatoriamente vinculados. Sem isso, como mostra um estudo do ex-ministro Mailson da Nóbrega, o governo só tem de fato para usar livremente, para cobrir despesas de custeio, exceto pessoal, e para maioria dos investimentos, 10% de sua receita; 90% estão comprometidos nessas vinculações, estão "carimbados". Manusear estas verbas é vital para o governo fechar suas contas.

O presidente Fernando Henrique e seus assessores econômicos não têm outra saída diante da constatação de que os resultados práticos da reforma constitucional irão demorar. Mas eles não podem se esquecer de uma outra fonte importante não só de receitas, mas, principalmente, de contenção dos gastos públicos: a privatização. Mais do que nunca é preciso acelerar o programa de venda de estatais e concessão de serviços públicos, assunto que o governo parece ter relegado a um segundo plano, pelo menos publicamente.